

## AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA ENTRE 1970 A 1979

Wilson George de Brito Corrêa<sup>1</sup>, Marcelo Domingos Sampaio Carneiro<sup>2</sup>.

1. Mestrando do curso de Dinâmicas territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA\*[wilson0882@hotmail.com](mailto:wilson0882@hotmail.com)

2. Professor Doutor da Universidade Federal do Maranhão, UFMA.

Palavras Chave: *Colonização, Reforma Agrária, Conflito Agrário.*

### Introdução

A pesquisa analisa o papel do Estado em suas políticas para a questão agrária no período de 1970 a 1974, tendo o objetivo de procurar inserir os programas elaborados pelos governos civis militares em plano nacional, e os seus reflexos nos processos de ocupação da região amazônica, sendo enfatizadas as ações realizadas para a ocupação do sul e sudeste do Pará, onde foram elaborados e executados programas de colonização oficial, particular e espontânea. A pesquisa procura explicar esses projetos de colonização por meio de uma análise dos documentos elaborados pelo governo federal que indicam os procedimentos realizados no processo de ocupação que foram executadas no Sul de sudeste do Pará. Nesta perspectiva pretende-se entender esse período com o intuito de conseguir algumas explicações das mudanças ocorridas durante a implantação dos projetos na região, e as suas consequências que provavelmente esta ligada com a existência de vários conflitos agrários no território do Pará que se perpetuam até aos dias atuais.

### Resultados e Discussão

A pesquisa tem como recurso bibliográfico autores que abordaram assuntos relacionados com as políticas territoriais do Estado e a colonização, reforma agrária, conflitos agrários na Amazônia no período de 1970 a 1979, entre os autores selecionados estão Buarque (1995), Schminck & Wood (2012), Martins (1980), Medeiros (2009), Pereira (2013), Hébette & Marin (1979).

Além da revisão de literatura, realizei pesquisa em fontes documentais como o jornal Grito da PA 150, que foi editado pela CPT-Marabá (1980 a 1986) e contém informações sobre a questão agrária e as lutas camponesas na região sul e sudeste do Pará. Os documentos utilizados foram às leis que incorporam suas criações e os relatórios dos programas relacionados com a ocupação da terra como o PROTERRA, PIN, POLAMAZÔNIA.

Devido à região amazônica possuir uma expressiva extensão territorial e ter um baixo contingente demográfico em relação às outras regiões do país, ela se tornou prioritária para a diminuição dos focos de tensões fundiárias nas áreas de ocupação no nordeste, sul e sudeste do Brasil. Por isso, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), foi estimulando para essa região uma migração de trabalhadores rurais, tendo como slogan “terra sem homens para homens sem terra”.

Assim, o Estado promoveu políticas de integração nacional, com objetivo de possibilitar a colonização e o desenvolvimento econômico da Amazônia, considerada, naquele momento, uma nova fronteira do capital. As ações do Estado, no espaço agrário do norte do país, foram efetivadas por meio de diversos programas como o Plano de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Programa de Polos Agropecuários e Agromineriais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Esses projetos representavam o domínio sobre a estrutura fundiária da região e,

consequentemente, o controle dos seus recursos naturais. Tendo o programa governamental dificultado de certo modo uma produção voltada para a subsistência das pessoas que já viviam de forma precária em outras regiões do país e pretendiam ocupar terras com o intuito de melhorar suas condições de vida. No entanto, o Estado priorizou uma produção voltada para o desenvolvimento econômico das áreas disponibilizadas para os projetos de ocupação da região, e para isso incentivou grupos econômicos do país a criar empresas rurais na Amazônia, além de financiar projetos agropecuários e minerais na região. Esse modelo de ocupação planejado e executado pelo Estado é um dos principais motivos da violência entre indígenas, colonos, grileiros, fazendeiros, empresários rurais, mineradoras e os diversos povos que utilizam a região para sua subsistência.

### Conclusões

O Estado constrói a relação com o homem no espaço, sendo o organizador do território e detentor do poder de planejar como será dividido esse espaço na sociedade. Isto pode ser identificado na prática, por meio da análise das políticas estatais implantadas na Amazônia, pois os modelos de ocupação impulsionados na região acabaram reproduzindo a desigualdade que marca a história do acesso a terra no Brasil, desde o período colonial. Portanto, os programas e projetos de colonização e reforma agrária da Amazônia acabaram por reproduzir as situações de tensão social, que, em tese, deveriam ajudar a eliminar.

Portanto, podemos afirmar que a política oficial de colonização da Amazônia provocou vários conflitos na região, através da desterritorialização dos grupos indígenas e outros povos que vivem da subsistência da floresta. Por outro lado, executou uma política de migração para a Amazônia de efeitos danosos também para os colonos, pois em sua maioria não executaram de forma efetiva os planos de infraestrutura necessários para receber esse contingente de pessoas na região. Além de não possibilitar um efetivo acesso das pessoas que realmente precisavam da terra para sua subsistência, sendo muitas vezes expropriados por ações de pistoleiros, grileiros, empresas agropecuárias e mineradoras.

### Agradecimentos

Programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia – PDTSA/ UNIFESSPA.  
Apoio: Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – FAPESPA

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. **Colonização Para Quem?** Belém, UFPA/NAEA, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & Violência: A Questão Política no Campo**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980.

MEDEIROS, R.M.V. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, M.A. e SPOSITO, E.S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Pereira, Airtton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese de Doutorado em História, Recife: Programa de Pós-graduação em História/UFPE

SCHMINCK, Marianne and WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.